



ATA Nº 3984

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, com início às dezenove horas, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, realizou-se uma **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**, a décima nona Sessão Ordinária da Sessão Legislativa do ano de dois mil e vinte e três. Iniciando a Sessão, o Presidente desta Casa, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Plenária Ordinária, e conferindo o quórum regimental, registrou a presença dos seguintes Vereadores: Leonardo André Krindges do PSDB; Alcino Rui Kohlrausch, Salete Maria Damer, Sandra Mary Almeida Mattjie, Marlei Inês Ritterbusch do Progressista; Kelvin Luis Schuh do PTB; e Dariano Agostino Guth do MDB, registrando a ausência justificada do Vereador Maico Roberto Hermes, que apresentou atestado médico. Continuando, o Presidente Vereador Leonardo André Krindges convidou a Vereadora Marlei Inês Ritterbusch para proceder a leitura de uma passagem do Livro Sagrado. Em seguida, o Presidente colocou em discussão a **ATA Nº 3983** da Sessão Ordinária realizada aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente anunciou o início da Primeira Fase da Sessão, ou seja, do **PEQUENO EXPEDIENTE**, com duração de até 30 (trinta minutos) improrrogáveis, que corresponde à leitura das correspondências expedidas e recebidas pelo Poder Legislativo, solicitando para a Primeira-Secretária Vereadora Salete Maria Damer, para que procedesse à leitura das correspondências recebidas por essa Casa. Foi lido o seguinte Projeto de Decreto Legislativo que será encaminhado à Comissão competente para estudo e posterior votação: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2023** que “Aprova as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal de Chapada/RS, correspondente ao exercício de 2015”. Foram lidas as seguintes matérias que posteriormente irão à votação: **REQUERIMENTO Nº 019/2023** de autoria dos Vereadores Leonardo Krindges – PSDB, Marlei Ritterbusch, Salete Damer, Sandra Mattjie, Gilmar Castanho e Alcino Kohlrausch do Progressistas, que tem por objetivo homenagear aos cidadãos chapadenses que receberão seus títulos de propriedade dos imóveis adquiridos do Município de Chapada através do programa REURB CASA NOVA, a ser prestada em Sessão Solene nesta Câmara de Vereadores de Chapada no dia 26/07/2023 no turno da noite as 19 horas, onde serão entregues as Matrículas de propriedade dos imóveis aos beneficiários do programa; **PEDIDO DE LICENÇA Nº 002/2023** subscrito pela Vereadora Sandra Mary Almeida Mattjie do Progressistas que vem mui respeitosamente perante a Mesa Diretora e demais Vereadores, requerer **LICENÇA** para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar do dia 24/07/2023 à 07/08/2023, com base no § 4º do artigo 22 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada. Após a leitura das correspondências o Presidente concedeu a palavra ao Assessor Jurídico Dr. Marlon André Kamphorst para



prestar esclarecimentos com relação ao Pedido de Informação nº 014/2023. De uso da palavra, o Assessor Jurídico cumprimentou a todos e disse que irá responder o questionamento formulado a essa Assessoria Jurídica, formulado pelos Kelvin Schuch-PTB, Maico Hermes-PDT e Dariano Guth-MDB, contendo o seguinte questionamento “Onde diz no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Chapada que antes do prazo de 30 dias é possível pôr em votação um projeto de lei sem o parecer do revisor da comissão permanente.” Disse ainda, que para responder esse questionamento emitiu um parecer com documentos que foi distribuído para todos os Vereadores e também tem um parecer do Dr. Moacir de Porto Alegre para complementar a decisão da Casa e dessa Assessoria. Inicialmente cabe a esta assessoria contextualizar o Projeto de Lei n.º 042/2023, que no fim criou essa celeuma que talvez tenha sido desnecessário entre os Vereadores a qual disse que respeita muito, entre essa Casa e este Procurador Jurídico. O referido projeto trata-se de criação de dotação orçamentaria para efetuar a devolução do valor de R\$ 65.858,17 (sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, com dezessete centavos) para a Secretaria Estadual da Agricultura devido a não homologação da prestação de contas do convenio n.º 652/2018 para a aquisição de 470 (quatrocentos e setenta) toneladas de calcário a granel para beneficiar 47 (quarenta e sete) produtores rurais do Município. Houve apontamento de falha na elaboração do processo de licitação e execução do objeto. Ocorre que o convênio não previa a distribuição e espalhamento do calcário na lavoura dos produtores, mas somente a aquisição do calcário a granel. Só que, após o recebimento do calcário, e diante dos produtores manifestarem a desconformidade com falta de distribuição deste produto na lavoura, pois assim como estava deveria ser feito a distribuição de forma manual por cada um dos produtores. Assim, diante da dificuldade de espalhar o calcário na lavoura, os produtores decidiram em reunião em conjunto com o Conselho Agropecuário, que efetuariam o pagamento do valor de R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais) cada um dos beneficiários para que a empresa que havia sido vencedora do processo licitatório, no caso a COAGRIL, efetuasse a distribuição e o espalhamento do calcário em cada uma das propriedades rurais. Porém, os valores foram pagos por esses 47 (quarenta e sete) produtores para a Prefeitura de Chapada que recolheu esses valores aos cofres municipais e depois a municipalidade pagou para a COAGRIL. Porém esse convênio não previa que os agricultores tivessem despesa, ou seja, o convênio seria gratuito para os produtores. Dessa forma, o município recebendo esses valores extrapolou o valor da contrapartida do próprio convênio causando uma irregularidade. Outra questão, inclusive já foi falado nesta Casa, sobre as fotos, porque faltou os comprovantes que todos os 47 (quarenta e sete) agricultores receberam este calcário em sua lavoura e dentre estes 47 (quarenta e sete) foram juntados 20 (vinte) contrato entre a prefeitura e agricultores. Por esses fatos foram julgados desfavorável a prestação de contas e o Município foi intimado com o parecer do dia 23 de maio de 2023, que é o relatório de inconformidade que diz “Após análise técnica dos documentos apresentados, conforme Parecer Técnico 141/2023 (anexo),



exarado pelo Departamento de Agricultura Familiar, houve a emissão de Parecer desfavorável à homologação da presente Prestação de Contas, o que importa na glosa integral do valor repassado pelo estado, no montante atualizado de R\$ 65.858,17 (sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, com dezessete centavos). Aguardamos a apresentação da Guia e do respectivo comprovante de pagamento, para proceder a suspensão da pendência junto ao CADIN”. O Assessor Jurídico disse ainda que no ofício nº 058/2023 assinado pelo Prefeito Municipal ele nos informa que juntou comprovantes de que o município estaria inscrito no CADIN ainda no dia 20 e 21 de junho, sendo que no dia 22 de junho, provavelmente após aprovação do projeto de lei ou o prefeito entrou em contato com o Geovane Feltes, que é o Secretário da Agricultura, ele concedeu um prazo de 50 (cinquenta) ou 60 (sessenta) dias para que fosse resolvida essa pendência e foi retirado o município do CADIN. Quanto o acordo que havia com os Vereadores de que existia uma força tarefa junto a Secretária da Agricultura buscando a suspensão deste aponte, para que não fosse necessário o município pagar. Frisou que na quinta-feira passada dirigiu-se para Porto Alegre no mesmo carro do Dr. Paulo Ihme e com o Secretário da Agricultura Telmo Pruciano, onde eles fizeram uma audiência pública com o Sr. Clair Kunh, inclusive o Vereador Dariano deve conhecer, porque é um Deputado do MDB, que agora passou para Secretário Adjunto da Secretaria Estadual da Agricultura e é ele que começou a analisar essas questões. Disse que o Dr. Paulo Ihme que é de notória competência e também seu amigo particular, na reunião com o Clair Kunh, que é o Secretário Adjunto da Secretaria da Agricultura foi claro e disse ao Dr. Paulo Ihme e Secretário Telmo Pruciano se o Município fizer a devolução dos valores de R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais) corrigidos para cada um dos 47 (quarenta e sete) produtores e conseguir um termo assinado por todos os produtores de que receberam esse calcário, a quantidade recebida e a data que foi feita a Secretaria vai analisar essa questão e ver se retira essa necessidade do município ter que pagar esses R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Disse que está neste tramite e agora o município tem que decidir se interpreta favorável e se pague esse valor ou não. Neste momento o Vereador Gilmar Castanho entrevistou e disse que não entendeu, perguntando se eles querem que a prefeitura devolva o dinheiro para os produtores? O Assessor Jurídico disse que sim, porque não poderia ser cobrado nenhuma taxa dos produtores. O Vereador Gilmar Castanho disse que então esse valor veio a fundo perdido? O Assessor Jurídico disse que sim. Após, o Vereador Dariano Guth disse que o Assessor Jurídico está explicando, mas tem gente que não está prestando atenção, mas o valor de R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais) foi aprovado no Conselho de Agricultura. Disse ainda que tem coisas no papel que não é verdade, como por exemplo: “Acontece que diante de diversos contatos diretamente pelo prefeito”. Disse que entrou em contato o MDB não virou as costas e está ajudando. Diferente do ano de 2012, não sabendo quem era o Procurador Jurídico naquele ano, mas em 2013 quando a nova administração assumiu, algumas pessoas da administração do ano de 2012 viraram as costas e a nova administração teve assumir e resolver as coisas. E aqui anos passados errado pela



própria pessoal que fez a fiscalização e fazer agora uma prestação de contas. Mas o valor de R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais) os agricultores concordaram em pagar para poder espalhar o calcário, porque não tinha como espalhar de a pá. Portanto, essa decisão de pagar esse valor para espalhar o calcário foi tudo via conselho agropecuário e que esse dinheiro não veio a fundo perdido, esse recurso veio para pagar a aplicação do calcário. O Assessor Jurídico desta Casa disse que o Dr. Paulo Ihme explicou bem, que talvez tenha sido um próprio erro do Setor de Licitação, porque se tivesse feito a Licitação do Convênio para aquisição de 470 toneladas de calcário. Porém deveria ter sido feito outro convênio para o espalhamento desse calcário, ou seja, seria outra Licitação com objeto que não se vincula ao convênio de aquisição do calcário, daí estaria tudo certo, mas foi feito direto e acabou que os produtores acabaram pagando para o município. Dito isso, o Assessor Jurídico Dr. Marlon passou a explicar sobre a tramitação do projeto de lei nº 042/2023. Ressaltou que o projeto de Lei n.º 042/2023, ingressou na casa e foi lido no pequeno expediente da sessão ordinária do dia 30/05/2023. Nesta mesma data foi aprovado o Regime de Urgência do Projeto de Lei, conforme parte da ata n.º 3976, onde diz que: “Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, foi colocado em votação o pedido de Regime de Urgência, tendo sido Aprovado por Unanimidade de Votos.” Disse que em relação ao questionamento apresentado pelos vereadores dividiu em dois momentos, mas no final vai fazer uma conclusão única: “Onde diz no regimento interno da câmara de vereadores de Chapada que antes do prazo de 30 dias é se possível pôr em votação um projeto de lei sem o parecer do revisor da comissão permanente”. Esclareceu que no art. 211 do Regimento Interno estabelece que quanto a natureza da tramitação os projetos podem ser: Urgente, com prioridade e normal/ordinária. E mais, no Regimento existe a previsão de outras formas de modificação dos prazos de tramitação do projeto. Pode-se afirmar que existe mais de um regime de tramitação dos Projetos de Lei. São eles: 01) O Regime normal de tramitação; 02) O Regime de Prioridade; 03) O Regime de Preferência; 04) O Regime de Destaque; 05) Regime de Urgência. Destacou que o regime normal de tramitação, segundo a Lei Orgânica e consta no art. 200 do Regimento Interno da Câmara, estabelece que “Caso o Plenário não deliberar sobre o regime de urgência, ou qualquer um desses regimes especiais que citou, ele vai entrar no regime normal e entrando no regime normal fica baixado para análise por 30 (trinta) dias e em 30 (trinta) dias ele vai trancar a pauta, ou seja, precisa colocar na Ordem do Dia. No Art. 211, inc. III estabelece que serão de tramitação normal/ordinária todo os projetos que não estejam compreendidos nos regimes especiais. Disse que no art. 37 da LEI ORGANICA estabelece que “O prefeito poderá pedir urgência na votação nos projetos de sua autoria, sendo que no caso da Câmara Municipal de Vereadores não se manifestar sobre a proposição até 30 dias de seu recebimento deste projeto, será está incluída na Ordem do Dia. Desta forma, o que podem concluir o Regime Normal de tramitação tem prazo de 30 (trinta) dias, antes de ser incluída na Ordem do Dia. Em seguida, o **VEREADOR DARIANO GUTH** fez uso da palavra e disse que no seu



entendimento o Regime de Urgência tem até 30 (trinta) dias e acredito que nos demais Vereadores também, que sim o Regime de Urgência tem até 30 (trinta) dias. O Assessor Jurídico disse que não, e que o prazo de 30 (trinta) dias é regime normal, mas ele pode ser abreviado. O Vereador Dariano Guth disse que o Prefeito Municipal poderá pedir urgência na votação, inclusive votaram o pedido de urgência no projeto que entrou hoje, que foi pedido do prefeito municipal. O prefeito pediu o regime de urgência e os Vereadores aprovaram, ou seja, até 30 (trinta) dias o prazo que tem para votar. O Assessor Jurídico Dr. Marlon Kamphorst disse que não é assim, se não for votado o Regime de Urgência daí passa para 30 (trinta) dias, disse que está bem claro no artigo e passou a ler novamente que diz: O Prefeito poderá pedir urgência nos projetos de sua autoria, sendo que no caso a Câmara não se manifestar sobre a proposição de urgência até 30 (trinta) dias do seu recebimento será incluído na Ordem do Dia. Após, o **VEREADOR GILMAR CASTANHO** fez uso da palavra e disse que acompanha o Regimento Interno desde o ano de 2012 e entende que o Regime de Urgência tem 30 (trinta) dias para ser votado e durante esse período tem que votar se não tranca a pauta. Se em 03 (três) Sessões nenhum Vereador fez um pedido de informação, se nenhum Vereador fez um pedido de vista, se a maioria dos membros das Comissões o Presidente e o Relator decidiram colocar em pauta e nenhum Vereador fez pedido de informação e nenhum fez pedido de vista o Projeto entra em votação, porque quem coloca em votação um projeto é o Presidente da Comissão. O projeto tendo parecer do Relator e ele dando o seu parecer se coloca em votação o projeto e não precisa os 30 (trinta) dias. Em 03 (três) Sessões, lido o projeto, e se passou 02 (duas) Sessões não teve nenhum pedido e os Vereadores que queriam que esse projeto ficasse baixado poderiam ter usado as armas que tem dentro do Regimento Interno, que é o pedido de informação na segunda Sessão que ele estava baixado faz o pedido de informação e enquanto não receber a resposta não se coloca em votação, ou terem feito pedido de vista que no caso é mais uma Sessão, mas nenhum tomou essa atitude, e o Vereador Kelvin Schuh somente se absteve do voto de Revisor e foi a votação o projeto. Após, o Dr. Marlon fez uso da palavra novamente e disse que o Regime de Urgência do Projeto de Lei n.º 042/2023, foi aprovado no dia 30/05/2023, e ele passou a tramitar em Regime de Urgência e o Regime de Urgência tem um tramite menor que os 30 (trinta) dias. Disse que conforme o art. 199 do Regimento Interno a comissão permanente, ou no caso a Comissão de Constituição e Justiça, terá o prazo até a sessão plenária seguinte para apresentarem seus pareceres devendo ser determinada a inclusão da matéria na Ordem do Dia da Sessão Plenária seguinte. Claro que pode ser feito pedido vista ou pode fazer o pedido de informação que também tranca a pauta. Falou que no art. 140 do RI estabelece que o relator da comissão permanente, que no caso da Comissão de Constituição e Justiça e a Vereadora Sandra Mattjie, deverá apresentar seu parecer na reunião seguinte a da distribuição da leitura e recebimento da proposição principal pela comissão permanente, e deverá ser incluída na Ordem do Dia na sessão seguinte. No caso em apreço o Projeto de Lei nº 042/2023 foi aprovado o Regimento de Urgência no dia



30/05/2023, no dia 06/06/2023 poderia ter sido feito o parecer do Relator e no dia 13/06/2023 já poderia ter sido votado. Mas como houve acordo entre os Vereadores foi postergado até o dia 20/06/2023 para votação. O Assessor Jurídico Dr. Marlon Kamphorst disse que a resposta é que diante desses argumentos, e respondendo a parte do questionamento feito pelos Vereadores “Onde diz no regimento interno da câmara de vereadores de Chapada que antes do prazo de 30 dias é possível pôr em votação um projeto de lei?” O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Chapada através do art. 199 § 2º autoriza que seja incluído na Ordem do Dia e colocado em votação antes de 30 (trinta) dias, Projeto que tramite em regime de urgência. Dito isso, o Assessor Jurídico passou a segunda parte do questionamento elaborado pelos vereadores subscritores, que é sobre o parecer da comissão permanente sobre o Projeto, se pode ir a votação um projeto sem o voto do Revisor. Disse que o art. 142 refere que “os membros das comissões emitirão seus juízos sobre a manifestação do relator, mediante voto”. A Comissão possuiu um parecer através do Relator e o parecer do Relator é o parecer da Comissão e os demais integrantes tanto o Presidente como Revisor votam esse parecer favorável ou desfavorável, ou se abstenham. No § 1º do artigo 142 infere que “O parecer somente será aprovado pela maioria dos membros da comissão”, sendo que foi isto que aconteceu, os dois membros foram favoráveis, portanto o projeto pode ir na Ordem do Dia. Em relação ao parecer a ser emitido pela Comissão permanente, o art. 201 conceitua que “parecer é o procedimento da comissão sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo e o § 3º estabelece que “Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da comissão competente salvo quando não for cumprido o prazo de tramitação regimental quando o parecer poderá ser verbal em plenário”. O art. 140 do Regimento determina que “O Relator deverá apresentar seu parecer na reunião seguinte a da distribuição da leitura do recebimento da proposição principal pela comissão permanente. Assim, a proposição somente poderá ser enviada a Mesa Diretora se tiver o parecer do relator e tiver o voto da maioria. O Projeto de Lei nº 042/2023, após o tramite regimental foi elaborado o parecer do relator e houve a votação da maioria dos integrantes e foi a votação. No dia 20/06/2023 o projeto foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade de votos, com o voto do Presidente e Relator favoráveis e a não manifestação do Revisor que é o Vereador Kelvin Schuh. A resposta é que diante desses argumentos, e respondendo a parte do questionamento que refere se “é possível pôr em votação um projeto de lei sem o parecer do revisor da comissão permanente?”, explicou que o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Chapada através da aplicação do art. 140, caput, art. 201 § 3º e 142, caput e § 1º autoriza que a Mesa Diretora pautar para votação o projeto sem o voto do revisor, pois o parecer da comissão foi aprovado pela maioria dos votos dos integrantes, e o prazo regimental de tramitação do regime especial [urgência] já havia sido respeitado. O Assessor Jurídico Dr. Marlon Kamphorst disse que a sua conclusão, salvo melhor juízo, que o integrante da comissão permanente ao não votar sobre o parecer do relator da comissão



permanente, que foi favorável à aprovação do PL 042/23, deste ato, de votar sobre o parecer do relator, se absteve, e tendo os votos da maioria da comissão permanente sido favorável à aprovação do projeto, este foi a votação pelo plenário e foi aprovado por Unanimidade. Dessa forma, o Projeto de Lei nº 042/2023 após a aprovação pela maioria dos integrantes da comissão permanente, foi incluído em pauta e votado, e aprovado com unanimidade de votos, então pela aplicação do art. 173 do Regimento Interno a aprovação em plenário do projeto é soberana a falta de voto do revisor, isso supre qualquer irregularidade da tramitação. O Assessor Jurídico disse que eram essas as suas considerações e que está à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. O **VEREADOR DARIANO GUTH** disse que o “Salvo Melhor Juízo” colocado pelo Assessor Jurídico, diz que tira-o de qualquer problema. Agradeceu ao Assessor Jurídico pelo trabalho que fez para dar essas explicações e disse que infelizmente não está muito claro, porque no art. 201 § 3º do Regimento Interno coloca o Assessor Jurídico colocou em sua justificativa que sim, é possível, mas consta que: “nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente”. O Vereador Dariano perguntou quantas pessoas fazem parte da Comissão? O Assessor Jurídico disse que são três Vereadores que fazem parte da Comissão, mas o parecer é só do Relator. O Vereador Dariano disse que no caso de não ser cumprido o prazo de tramitação, perguntando qual é o prazo. O Assessor Jurídico disse que o prazo de Regime de Urgência pelo artigo 199 seriam 02 (duas) Sessões. O Vereador Dariano disse que o Regime de Urgência que aprovaram do prefeito, segundo o Regimento Interno e Lei Orgânica é de 30 (trinta) dias, por isso está bem confuso. Quanto o parecer poderá ser verbal em Plenário, não sendo necessário por escrito. Portanto, não diz aqui que pode ser sem o parecer do Revisor e disse ainda que consta no Regimento Interno que nenhuma poderá ser submetida a discussão e votação sem o parecer escrito da Comissão, e no ponto de vista do Vereador Dariano a Comissão é composta por 03 (três) pessoas. Disse que é favorável, inclusive antes da Sessão conversou com o Vereador Kelvin para votar e é uma carta na manga, como o Presidente explicou para eles, e não estariam aqui fazendo toda essa discussão. Porém, o que está acontecendo aqui é uma dúvida para outros projetos e estão aqui debatendo uma situação de fato e de dúvidas. E o Assessor Jurídico está explicando e provavelmente os próximos projetos terão um novo entendimento. Disse que todos tinham essa impressão que o Regime de Urgência é de 30 (trinta) dias, inclusive o Vereador Gilmar Castanho e Alcino já foram Vereadores e aconteceu, como o Vereador Gilmar Castanho falou já aconteceu de pediram vistas para não votar o projeto. É importante que isso esteja em debate para poderem entender um pouco mais. O Assessor Jurídico disse que o Regimento Interno é bem complexo, mas ele é claro ao estabelecer que o parecer é da Comissão e do Relator e o Presidente e Revisor eles votam. Não existe no nosso Regimento Interno dizendo que é obrigado que os 03 (três) membros da Comissão emitem parecer, não é obrigado a isso, porque se fosse assim, o Revisor ou alguém que não quisesse votar o projeto ficaria se abstendo por muito tempo e esse projeto nunca iria a votação. Disse que no



Regimento Interno existe um prazo a ser cumprido. O Assessor Jurídico leu parte de uma ADIN (Ação direta de inconstitucionalidade) que consta no parecer do Dr. Moacir, que diz: “A Aprovação ou rejeição de matéria, se dá em função dos votos proferidos a favor ou contra, que é a maioria simples, mas não considerando os parlamentares que, embora presentes à Sessão, não votaram, porque senão estaríamos atribuindo ao direito do parlamentar de não se manifestar sobre a matéria, o efeito que tivesse votado contrário a esta matéria. O Assessor Jurídico falou ainda que analisou outros Regimentos Internos e pelo que viu o projeto pode ir à votação com a maioria dos votos dos membros da Comissão. Em seguida, o vereador Kelvin Schuh perguntou ao Assessor Jurídico o que seria os valores a serem repassados aos produtores? Consta no parecer que houve uma falha no processo de elaboração de licitação, mas o Assessor Jurídico disse que não houve falha no processo de aquisição do calcário e sim depois em um acordo com Conselho Agropecuário, conforme o Vereador Dariano Guth mencionou, foi atribuído aos agricultores uma contra partida para espalhar o calcário e também com as sobras, se não está enganado, foi adquirido mais calcário. Perguntou como fica esse parágrafo nessa questão, até para não ficar um entendimento meio vago. O Assessor Jurídico disse que o que existe hoje de oficial é a intimação do relatório de inconformidade intimando o município, para recolher através de uma guia do Sefaz o valor de R\$ 65.000,00, que houve a Glosa integral, por causas dessas situações. Depois disso que surgiu essa questão, mas é uma questão que foi levantada, porém não existe um documento da Secretaria e isso que deveria o município exigir um documento da Secretaria da Agricultura dizendo que se o município fizer a devolução dos valores para os produtores, que seria muito melhor para todos nós esse valor sendo destinado ao produtor, definindo ao município um ofício para que pague aos produtores e pegue o termo de declaração, porque eles receberam a quantidade e a data e assim vou eliminar esse aponte de R\$ 65.000,00. Só que isso por enquanto nós não temos, a não ser que o Executivo já tem hoje, mas pelo saiba não. O Vereador Kelvin Schuh disse que a questão que foi aprovado pelo Conselho da Agricultura na verdade seria pagar algo aos produtores que foi aprovado no Conselho, devolução de um recurso que foi aprovado no Conselho com os produtores, que os produtores espalharam o calcário e com a sobra de recursos foi adquirido mais calcário. O Assessor Jurídico disse que a prefeitura adquiriu o calcário e a licitação estava correta e com a sobra foi comprado mais calcário, só que depois os produtores se reuniram e fizeram uma reunião com o Conselho Agropecuário e decidiram eles pagar do próprio bolso para espalhar na sua propriedade, os que esses valores se tivesse sido recolhido direto para a COAGRIL acredita que não teria dado problema se fosse direto, mas foi recolhido para os cofres públicos daí que se criou a questão do valor que excedeu de contra partida. Então o Município recebeu um valor maior do que deveria ter pago em contra partida e o município não poderia receber porque era convênio que estabelecia gratuidade. O Vereador Dariano Guth disse que R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais) vezes os 47 (quarenta e sete) produtores teoricamente deveria devolver R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil



reais). Disse ainda pelo o que entendeu e inclusive conversou com o Dr. Paulo Ihme e o prefeito comentou que gostaria de um documento e o Clair Kuhn ficou de encaminhar um e-mail destacando isso. O Assessor Jurídico disse que se a Secretaria da Agricultura do Estado confirmar, através de documento, acha que o prefeito deve seguir e devolver o recurso para os agricultores. Não havendo mais questionamentos, o Assessor Jurídico Dr. Marlon Kamphorts agradeceu o espaço que lhe foi concedido e disse que está a disposição para eventuais esclarecimentos. Em seguida, o Presidente desta Casa agradeceu as explicações proferidas pelo Assessor Jurídico Dr. Marlon Kamphorst e por ter dirimido as dúvidas dos Nobres Edis. Dando prosseguimento aos trabalhos o Presidente declarou encerrado o Pequeno Expediente e anunciou aos colegas o início da Segunda Fase da Sessão que é o **GRANDE EXPEDIENTE**, de acordo com o que prevê o Art. 113, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, falando em primeiro lugar a Vereadora Sandra Mary Almeida Mattjie, seguido pelos Vereadores Salete Maria Damer, Leonardo André Krindges, Alcino Rui Kohlrausch, Kelvin Luis Schuh e Dariano Agostino Guth, sendo que a Vereadora Marlei Inês Ritterbusch dispensou o uso da Tribuna na noite de hoje. Primeiramente, o Presidente concedeu a palavra para a **VEREADORA SANDRA MARY ALMEIDA MATTJIE** que disse: Após saudar a todos, a Vereadora Sandra falou sobre a importância das explicações do Assessor Jurídico Marlon, disse que como foi Relatora daquele parecer, em nenhum momento a intenção era dar polemica que surgiu disse que foi conversado entre os vereadores de aguardar a tentativa de se resolver o problema e de não precisar sair esse dinheiro dos cofres públicos e não simplesmente pagar sendo que o desejo de votar surgiu da vontade do Prefeito de ter em mãos o documento uma vez que o município estava no CADIN, e se precisasse de usar isso, o parecer não tinha nada de errado foi emitido pois estava dentro da legalidade e constitucionalidade, por isso mesmo foi feito. A Vereador espera que isso tenha sido esclarecido, pois conversando depois com o Prefeito ele também colocou a Vereadora Sandra que não era a intenção usar, pois não gostaria de ter que tirar esse dinheiro dos cofres públicos e sabe se que as vezes o entendimento da gente não é o entendimento de quem fiscaliza, e as vezes a falta de algum documento ou uma coisa que se faz pensando no bem comum as vezes não é interpretado como ela gostaria e espera que seja solucionado da melhor maneira que esse assunto seja resolvido. Após disse que na Sessão passada depois foi esclarecido, o colega Castanho não estava presente, mas a Vereadora Sandra gostaria de esclarecer que como ele era o Presidente da Comissão e conversando com a Secretária, disse que precisavam dos três membros da Comissão na ausência de um tem o suplente da Comissão no caso a Vereadora Salete e os dois Vereadores da Comissão ela e o Vereador Kelvin conversavam, porque o Suplente pode ser Suplente pode ser suplente do Revisor ou do Relator, mas na falta do Presidente o Relator deixa de ser Relator e passa a ser Presidente ou o Revisor troca sendo que a única coisa que tinham que conversar era ou ela ou o Vereador Kelvin assumiam como Presidente e a Vereadora Salete no lugar de um dos dois, sendo eu foi só isso colocado pela



Vereadora Sandra, sobre a importância de todos os colegas independente de ser Suplente ou não é a mesma pois todos tem seu valor na Comissão e em nenhum momento a Vereadora quis dizer que a Vereadora Salete seria e depois ela e o Vereador kelvin conversaram, mas é só para deixar bem claro esta questão disse a Vereadora Sandra, porque as vezes o que se fala aqui, dependendo quem pega, pega de um jeito e muitas vezes aumenta um pouco e então para não dar confusão disse que respeita a todos só tenta fazer as coisas certas, mas tenta e as vezes ela erra. Prosseguindo reportou-se sobre a viagem que fizeram a Porto Alegre com os jovens do Parlamento Jovem, onde alguns vereadores acompanharam como ela o Vereador Leonardo, a Vereadora Marlei, e o Vereador Dariano, sendo que foi um dia muito bonito para os alunos que puderam ver, foi um dia cívico para eles, onde tiveram a oportunidade de conhecer um pouco de história do Palácio Piratini, foram conhecer a Assembleia Legislativa e até os Vereadores tiveram a oportunidade de ver algumas coisas interessantes dentro da Assembleia, que também os inspiram disse que comentaram isso hoje. Disse que foi muito bom e com certeza tiveram um ótimo aproveitamento pois conhecerem a sala do Presidência na Assembleia, conheceram viram como funciona tudo lá, assim como tiveram um pouco da história da Assembleia, depois também tiveram a oportunidade de visitar o Centro Administrativo Fernando Ferrari-CAFF, onde visitaram secretarias municipais, conversaram com os Secretários e com o Vice Governador, tiraram muitas fotos bem como fizeram pedidos para o município, foi um dia muito bom, muito válido e a Vereadora espera que isso continue acontecendo, inclusive disse que até o pessoal da rádio questionou como será agora a sequência de tudo isso, disse que eles continuam Vereadores até o próximo ano quando será realizada uma nova eleição e a troca destes Vereadores, sendo que a Vereadora possa chamá-los para participarem de eventos de Solenidades como formaturas, nas escolas por muitos momentos, que eles também sintam o valor de tudo que eles abraçaram. A Vereadora Sandra disse que em contato com alguns pais os mesmos disseram que os filhos não paravam de contar pois estavam emocionados, isso é muito bom e lá já foi sentido essa emoção deles. Em seguida pediu que sejam encaminhados ofícios de pesar as famílias que tiveram perdas nesta semana, sendo que a Vereadora Salete vai falar mais sobre isso. Com relação a sua Licença de Interesse disse que ficara afastada pelo prazo de quinze dias, pois sua filha irá ganhar nenê e também tem alguns outras questões para resolver. Para finalizar comentou que o Residencial La Vitta, teve uma visita na semana passada, da Promotora de Justiça Adriana Costa de Carazinho, que acompanha as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). A mesma visitou a matriz e a filial e fez visita técnica verificando documentos e também a cozinha e falou com residentes, sendo que a mesma gostou do que viu. Ela elogiou muito o trabalho que o pessoal está fazendo Para finalizar a Vereadora Sandra disse estar feliz com isso pois precisamos de pessoas comprometidas e com amor para cuidar de nossos idosos. Neste sentido a Vereadora Sandra parabenizou a Equipe La Vitta, agradeceu e desejou a todos uma boa semana. Logo após, o Presidente concedeu a palavra para a **VEREADORA SALETE MARIA**



DAMER que disse: Saudou o Presidente da Casa Vereador Leonardo Krindges, colegas Vereadores, Assessor Jurídico Dr. Marlon, Servidoras da Casa, pessoas presentes o Álvaro Hoff, saúdo ainda as pessoas que nos assistem pela TV do Legislativo. Iniciou fazendo seus pedidos verbais, solicitando ao Poder Executivo que através do Setor competente construa uma boca de lobo, na Rua Dezenove de Março, próxima a residência do Senhor José Carlos da Silva, mais conhecido como Zé da Farmácia, pois ali em dias de chuva água continua entrando na calçada desta casa, sendo que se faz necessário com urgência resolver esse problema naquela rua. Solicitou também que esta Casa encaminhe ao DAER um ofício solicitando a recuperação do trecho de asfalto da ERS 330 que liga Chapada ao Distrito de Tesouras, o qual está intransitável, buracos enormes, ficando muito perigoso para as pessoas que transitam nesta via. Também a pedido do Oneide Rodrigues e da Profe. Mari os mesmos solicitam que seja dado continuidade ao calçamento ali próximo a propriedade deles, localizada atrás do Ginásio Municipal Milton Kissmann Kamphorst disse que é um pedaço que tem pra terminar e agora eles estão construindo uma piscina ali para atender as pessoas doentes e por isso solicita que façam esse serviço. Também que seja destinada uma carga de pedra brita para a propriedade de Walmor Piaia, na localidade de São Francisco sendo eu já foi feita a entrada onde encavalava muitos carros, trator e plantadeiras e por isso necessita de pedra brita nesse local. Também solicitou que esta Casa encaminhe ofícios de pesar aos familiares de Edo Fucks, Olizeto Baruffi e Darci Schmidt, que nos deixaram na última semana, a Vereadora desejou força e coragem aos familiares para continuarem a vida normal que não é muito fácil, pediu que os ofícios sejam em nome de todos os Vereadores. Concluiu agradecendo e desejando a todos uma boa semana. De imediato, o Presidente solicitou a Vice-Presidente da Casa, Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, para lhe substituir na direção dos trabalhos e lhe conceder a palavra, para poder fazer seu pronunciamento, fazendo uso da palavra o **VEREADOR LEONARDO ANDRE KRINDGES**, que disse o seguinte: Iniciou seu pronunciamento saudando a todos, deixou os votos de pesar para a família de Oliseto Baruffi, filiado ao PSDB, esposo da sempre Vereadora Ledi Baruffi. Os votos de pesar irão em nome da casa, mas deixou esse destaque. Referente a viagem, disse que a colega Sandra colocou muito bem, ressaltou que ficaram muito contentes pela qualidade dos alunos e pais, também de como foi o Projeto e de como esperam que continue sendo em um próximo projeto, o que os alunos aprenderam, a participação dos alunos, e com certeza tiveram um grande aprendizado, bem como para os Vereadores também, disse que as vezes vão a Porto Alegre só para reivindicar e não tem acesso a esses bastidores como tiveram nessa viagem. Disse que é muito importante a Secretaria, a Assembleia, que tiveram a oportunidade de entender como é o funcionamento do Presidente da Assembleia também, visita ao Palácio Piratini, ao CAFF, então foi uma alegria os jovens e os Vereadores serem recebidos pelo Vice Governador Gabriel Souza, pelo Secretário de Logística Juvir Costella, Secretário de Justiça Mateus Wesp, em todos os lugares foram muito bem acolhidos. Destacou como as pessoas recebem nós bem na capital disse que



tem a oportunidade de se sentir em casa, os alunos também se sentiram. Entregaram 2 pedidos, sobre o recapeamento, recuperação e melhoria da VRS 801 e referente a solicitação de mais policiamento para o município de Chapada, e para a nossa alegria recebemos a confirmação do Secretário Juvir Costella que a recuperação da VRS 801 está no cronograma do DAER, e sempre a garantia da continuidade da ERS 330 de São Bento a Tesouras. Ressaltou a importância de iniciar uma obra e terminar, disse que falou sobre isso lá, que ainda tem pessoas que não acreditam na concretização desta obra, algumas pessoas achavam que não iria sair, outras que só irá até a divisa, outras que não termina, então temos a garantia do Governo do Estado que irá terminar esta obra e com certeza já podemos pedir mais essa obra de Chapada a Palmeira, onde que o estado dependia da venda da Corsan, a qual aconteceu, então tem mais dinheiros nos caixas do nosso estado. Ao fim da viagem, os jovens tiveram uma parte de entretenimento para eles, onde visitaram o Estádio Beira Rio e Arena, finalizando a nossa viagem. O Vereador ressaltou que fica grato e feliz por ter participado e por ver a alegria do Parlamento Jovem de Chapada. Na sexta-feira esteve realizando o repasse de 50% dos seus subsídios para a Comunidade Evangélica de Chapada, onde irão fazer melhorias na churrasqueira, mais uma entidade que estão fazendo repasse cumprindo com o que foi prometido no início do mandato. Referente a emendas parlamentares, disse que fica feliz pela Vereadora Salete ter comentado sobre o pedido de Oneide Rodrigues, que com alegria divulgou que entre várias emendas parlamentares que conseguiu somando R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil) nesses 2 anos e meio de mandato uma delas foi do Deputado Lucas Redecker que destinou R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) para o nosso município, parte deste recurso será utilizado no distrito de Boi Preto, solicitação da Ledi Baruffi, enquanto a outra parte será usada no trecho do Sr Oneide Rodrigues passando pelo Valdacir e chegando no Pedro e Davi Knob, teve pedido e já temos a confirmação desta obra. Destacou entre recursos que foram enviados para o município R\$250.000,00 para a saúde, recursos que a administração pode usar tanto para exames, levar pacientes, remédios, ajudar no pagamento do convenio com o nosso hospital, médicos, enfermeiros que dá continuidade que a nossa excelente Secretária da Saúde Odete vem fazendo. Destacou que se sente muito alegre em poder ajudar a nossa saúde do município de Chapada com esse valor. Em sequência, falou que tiveram R\$100.000,00 de recurso para calçamento, em parceria com a es Vereadora Ledi Baruffi onde foi usado R\$50.000,00 para o distrito de Boi Preto, e o restante para localidade da Linha Borges. Fica feliz em ver esses recursos sendo utilizados. Recebeu mais R\$50.000,00 hoje que foi licitado para calçamento dando continuidade na linha Borges logo depois da APAE. São estes alguns recursos, e com certeza virão mais, sempre estão lutando. Na visita a Porto Alegre aproveitou para falar com assessores de Deputados e Secretários para que consiga trazer mais recursos, parcerias, para o nosso município. Ressaltou que teve contato com o Professor Bonatto, Deputado do PSDB, que em agosto irão pra lá para tentar trazer mais recursos e continuar com essa parceria de Vereador e que seu partido PSDB tem



de relacionamento com o estado. Finalizou e despediu-se o Vereador Leonardo. Reassumindo a Presidência, de imediato o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR ALCINO RUI KOHLRAUSCH** que fez o seguinte pronunciamento: Inicialmente saudou o Presidente da Casa Vereador Leonardo Krindges, colegas Vereadores (as), Assessor Jurídico Dr. Marlon, Servidoras da Casa ao Alvaro Hoff que esta presente nesta noite, também mandou um abraço as famílias que acompanham pelas redes sociais e Tv do Legislativo. De imediato o Vereador Alcino, também registrou com tristeza pois tem perdido muitos amigos e pessoas da nossa comunidade, pessoas importantes como pessoas como lideranças, citando o amigo Edo Fucks, que faleceu no dia cinco, a sua esposa Diles, as filhas Estela Vian Fucks, e a Silvana Vian Fucks, genros Cristiano Ohse, Luciano Mattjie e netas. Também registrou o falecimento do Olizeto Luis Baruffi, a esposa Ledi Seibel Baruffi nossa sempre Vereadora, amiga e batalhadora, os filhos a Fabiola, a Fabiara e o Luís Otávio, os Genros Pablo e Cláudio e o netinho. O Vereador Alcino também registrou o falecimento do Darci Schmidt no dia oito de julho, a esposa Roseli Schimidt, as filhas Denise, Ana Paula e a Cintia, os Genros o Vando que é afilhado do Vereador, o Jânio Junior, o Felipe e as netas. Neste sentido, em nome destas pessoas e a comunidade impactada o Vereador Alcino, pede também que seja enviado em nome da Casa os nossos sentimentos. Prosseguindo o Vereador Alcino parabenizou ao Banco do Brasil, ao Gerente Denis Alves Miranda, pelos 41 anos de existência do Banco do Brasil em nosso Município, financiando o desenvolvimento da nossa região e município, o Vereador disse lembrar que é cliente desde a época em que tinha o posto avançado a Vereadora Salete deve lembrar também porque são jovens a mais tempo, disse que lembra era o João Alceu, o João Carlos Werle (Schweda), citou o senhor Rosimbo Cruz Almeida que foi o primeiro Gerente do Banco do Brasil, pessoas como o Agenor o Nestor, e várias outras pessoas, neste sentido pediu que seja enviado um ofício manifestando nossos aplausos, deste feito neste tão importante município por terem investido 41 anos não é pouco é uma história quase uma vida, por isso parabenizou mais uma vez e que continuem nessa luta no financiamento do agro, da indústria e do comércio. Também disse que escutou na Rádio Simpatia hoje de manhã a Diretora, Professores e os alunos da EMEI Arco Íris do Distrito de Santana, qual esta escola está desenvolvendo um projeto de empreendedorismo com seus alunos e criando produtos inclusive integrando na sua composição usa ervas medicinais, onde também se trabalha a educação financeira das crianças, impactando de forma positiva toda a comunidade escolar, sendo um projeto vitorioso pediu que a Casa envie um ofício parabenizando a Direção desta Escola, Professores, alunos a toda a comunidade impactada de forma positiva com este projeto, reconhecendo relevância de mais esta iniciativa desta escola, onde o lucro inclusive é revertido para as próprias crianças onde elas mesmas na rádio que tinham os pedidos e parece que quem ganhou foi o aluguel de uma cama elástica para o dia da criança realmente é uma forma muito interessante e realmente se der uma força agora para que se tenha um futuro cheio de coisas boas. Após parabenizou mais uma vez o projeto do Parlamento Jovem



Chapadense, onde o Vereador Alcino disse ter acompanhado as visitas aos andaimes superiores do nosso Estado do Legislativo, Executivo e Secretarias por isso parabenizou a todos sendo muito interessante este projeto e o Vereador acredita que este projeto possa se tornar permanente, porque vão precisar destes jovens para seguirem este trabalho ou quem sabe fazer outra eleição para se tornar este projeto permanente onde as crianças poderão ajudar porque eles tem as ideias deles, eles tem uma visão totalmente diferente e é o jeito deles e precisamos integrar essas crianças cidadãos para que não tenhamos um sequestro de futuro adultos que certamente vão liderar nosso processo nossa cidade e nossa comunidade. Para encerra disse que também receberam o comunicado do Hospital para que os Vereadores se empenhem para conseguir recursos para o Hospital, neste sentido o Vereador Alcino disse que conseguiram através do Deputado Covatti Filho, do Senador Heinz, também recursos na outra Legislatura Concluiu agradecendo o Vereador Alcino onde os deputados do seu partido tem ajudado o Hospital, mas disse que estão empenhados para conseguir cada vez fazer mais, do nosso Hospital São José um hospital de referência. Concluiu sua fala o Vereador Alcino deixando um grande abraço e que Deus acompanhe a todos sendo um privilégio ter falado para vocês e até uma outra oportunidade se essa também for a vontade de Deus. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR GILMAR CASTANHO** que disse: Iniciou seu pronunciamento saudando a todos, em especial ao Álvaro que se faz presente nesta noite. Prosseguiu dando destaque para a discussão na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, onde que alguns Deputados da esquerda com interesse de querer mudar o hino rio-grandense, isso é inadmissível, que os Deputados que estão lá para defender os anseios da população do nosso estado ficam preocupados com o nosso hino que é tradicional, respeitoso, que representa todo o povo gaúcho. É uma verdadeira aberração querer mudar o nosso hino, mas felizmente os deputados aprovaram no dia de hoje uma PEC dificultando a mudança do símbolo do estado do Rio Grande do Sul, somente será mudado com a aprovação de um referendo do povo gaúcho. Deixou aqui o seu repúdio a atitude desses deputados, que queriam tocar no nosso hino, o que é inadmissível e nos envergonha como político, e faz com que pensamos em desistir da política, mas a política também não é só coisa ruim. Disse que esteve falando no dia de hoje com a responsável do projetos da Prefeitura, Luciane, e ela lhe passou que o nosso Deputado Covatti Filho já empenhou R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) onde na Sessão Solene do ano anterior, sentado ao seu lado, quando o Vereador Gilmar era Presidente, deixou aqui o presente para o município de Chapada deste valor. Falou que temos na comunidade de Bom Pastor a obra da melhoria esportiva onde que era uma reivindicação daquela comunidade. Destacou que já está empenhado o valor de R\$200.000,00 para a rede trifásica que irá beneficiar a agroindústria que está dando oportunidade aos produtores. Também está empenhado o calçamento de Santana em direção a Boi Preto, onde que o seu objetivo é ligar a comunidade de Santana até a ERS 330 encurtando o trecho de chão que a Comunidade de Boi Preto usa até chegar ao nosso



município. Falou que o Vereador Alcino também tem uma emenda empenhada, da linha Diogo em direção a São Miguel, então quando olhamos os resultados, quando nos esforçamos e vemos que realmente vale a pena, faz com que permaneçam firmes e lutando pela boa política no nosso município e país. Sobre o Projeto 042 que desde o início falou que poderíamos colocar em votação pois temos os dois pareceres tanto do Assessor Jurídico desta casa Dr Marlon, e Dr Moacir que é da outra empresa que nos assessora, que também deu o parecer favorável que poderia ir a votação este projeto. Projeto este que todos sabem que o município terá que indenizar o estado porque a administração passada não cumpriu com todos os requisitos que o estado do Rio Grande do Sul exigia que era a distribuição gratuita sem nenhum ônus ao município de Chapada. E isso aconteceu, que o Estado pediu a devolução deste recurso, infelizmente, mas vamos torcer para que não precise e que esse dinheiro não faça falta ao nosso município, pois sabemos que precisamos de investimentos em todas as áreas, que sempre há necessidades, sempre há demanda da nossa comunidade em algumas áreas, tomara a Deus que não precisamos devolver esse recurso de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil), era uma simples foto a ser tirada, uma pena que não tiraram, uma pena que cobraram esse valor que poderia ser cobrado de outra forma, por isso disse aqui, que isso sirva de lição a todos os administradores, para que quando vem um programa do estado ou federal que todos os critérios exigidos sejam respeitados, e infelizmente a administração passada não respeitou e hoje o nosso município corre o risco de devolver esse valor ao nosso estado indenizando o estado do Rio Grande do Sul, devido à falta de transparência necessária que o estado exigia. Finalizou e despediu-se o Vereador Gilmar. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR KELVIN LUIS SCHUH** que falou o seguinte: Saudou a todos, em especial ao Álvaro que se faz presente nesta noite, um grande amigo, de longa data, é muito importante a presença presencial das pessoas. Inicialmente destacou o que a Professora Sandra destacou, referente a conversa da semana anterior, onde que foi conversado sobre a comissão, o que foi bem esclarecido por ela, a importância dos membros da comissão. Importante também a fala do Assessor Jurídico Marlon, veja bem, como é importante discutirmos em bom tom os assuntos da Câmara de Vereadores, e veja bem, como havíamos falado nos bastidores, disse que não usou a malandragem de pedir vista, não fez nenhum pedido de informação pois realmente não tinha nenhum para se fazer em cima do projeto, mas tinha justificativa nos bastidores de que estavam tentando junto ao Governo do Estado a não devolução do recurso, conversa que ficou nos bastidores, não pediu a vista que seria então no seu entendimento para avaliar melhor o projeto, mas disse que agora pode em uma dúvida maior, quando não tem pedido de informação pedir vista, para entendimento e avaliação dos colegas Vereadores, não para trancar, mas sim para avaliar, e haviam conversado sobre o motivo de não votar o projeto 042, e uma preocupação para as pessoas que estão em casa assistindo, era justamente a fala de que o município deveria devolver, e o que seria entendido pela população em cima deste calcário, então gerou uma certa



preocupação do que seria dito e entendido pela população porque todos bem ouviram que o Marlon falou, foi feita a licitação, entregue o calcário, e feito reunião com o conselho agropecuário para aprovar e no conselho do município para os agricultores usarem o valor como contrapartida para espalhar o calcário como já haviam mencionado, foi um acordo entre o conselho e agricultores que diante da fala gerou preocupação do que seria vendido a população do nosso município, todos bem ouviram que existe a possibilidade de não devolver o valor na sua totalidade e sim devolver somente a parte dos produtores e correções, que daria um valor reduzido. Gerou essa preocupação e discussão em cima disso, principalmente pelo que seria entendido por parte da população em cima desses recursos que vieram e beneficiaram aos agricultores, recurso esse que não veio simplesmente desapareceu ou teve outro destino, então gerou a grande discussão na preocupação do que seria entendido pela população. Falou da importância das pessoas acompanharem e prestarem atenção no que está sendo lido, ou voltarem os vídeos, se não forem apagados, e para ser entendido o que foi dito na Sessão e foi muito boa a participação do Marlon, porque se isso tivesse acontecido essa conversa antes não teria dado essa polemica mas precisava o tempo para avaliar o Projeto e teriam um acordo muito mais organizado em cima do Projeto 042. Mas está aprovado, agora vamos aguardar os posicionamentos para ver o que irá acontecer, e que foi muito bem debatida nesta casa. Disse que tenta entender e transmitir o entendimento para que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Agradeceu a atenção de todos e despediu-se o Vereador Kelvin. Para encerrar essa fase, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR DARIANO AGOSTINO GUTH** que falou o seguinte: Inicialmente saudou a todos, agradeceu pela atenção de todos, saudou em especial ao Álvaro que se fazer presente nesta noite, ele que está de férias veio de Porto Alegre para Chapada para acompanhar as Sessões, ele que daqui a pouco quem sabe seja Vereador, inclusive no seu sangue tem políticos. Falando em sangue, disse que o parente do Álvaro, Prefeito de Campo Novo do Parecis, inclusive Chapadense, Rafael Machado, foi homenageado como cidadão mato-grossense, que orgulho, pois vem fazendo grandes ações. O Vereador Dariano disse acompanha o Rafael pelo youtube, facebook, e demais redes sociais, e é um chapadense exemplar lá no grande Mato Grosso, que sabe daqui uns dias pode ser feito um ofício em homenagem a este cidadão chapadense. que é orgulho para nós. Sobre o projeto 048/2023 que está em pauta que é o incentivo industrial para a Empresa Andressa Silva Proença e dá outras providências, como é importante quando podemos ajudar empresas, já ajudaram outras em outros momentos, assim como para manterem aqui, e claro quando vem pedir ajuda é porque realmente estão precisando, ninguém pede sem algum objetivo e justificativa, inclusive que é analisada, para aprovar, e que bom que se pode fazer isso e tomara que novas indústrias e empresas venham se instalar em Chapada e que também possamos ter o crescimento dessas empresas que já estão instaladas aqui. Somente para termos ideia, segundo dados do IBGE de 2020, Chapada tem o PIB per capita de R\$52.060,80, uma cidade muito rica, isso é fato e sabemos disso, mas



vamos olhar e comparar com favela de outras cidades, Chapada não tem favelas e cada vez vem crescendo, pois seu povo é trabalhador e vai a frente. Palmeira das Missões tem PIB per capita de R\$44.592,00, sendo que é nossa cidade mãe, Carazinho tem o PIB per capita de R\$49.801,00, Passo Fundo tem PIB per capita de R\$49.094,00, Sarandi tem PIB Percapita de R\$41.369,00, então olha como Chapada é uma cidade rica. Se tivermos industrias fortes, com certeza a indústria vai fazer com que a riqueza da nossa matéria prima seja industrializada, como temos a Friolack que industrializa, temos aqui a COAGRIL, quem sabe um dia insistindo, quem sabe com os sócios, industrializar o grão aqui para gerar mais valor adicionado para o município, sabemos quantas industrias tem potencial, mas claro que tem influência de vários fatores, que acham por melhor fazer o básico que está dando certo, como também conhecemos industrias que estão industrializando e também estão dando certo. O nosso município pode ser ainda mais rico, e conseqüentemente com mais riqueza teremos uma melhor infraestrutura para saúde, educação, etc. Destacou quanto a industrias, que quanto mais industrias e quanto mais fortes ela estiver, automaticamente o nosso comércio e prestadores de serviço também serão fortes, pois é uma engrenagem. Falando em comércio, agora inclusive está abrindo em Chapada uma unidade do CFC américa, de Sarandi, na Rua Padre Anchieta na entrada do município do lado de quem vem de Carazinho, ao lado do Dalmiro Automóveis, que irá começar a oferecer diversos serviços, isso atrai novas empresas para nossa cidade, seja comércio, mas a indústria como destacou forte, também faz com que surjam novos empreendedores de modo geral. A visita Porto Alegre, os colegas que o antecederam falaram super bem e fica feliz da oportunidade de ir, desde as 3h da manhã, alguns envolvidos dias antes organizando, os próprios alunos na ansiedade, alguns foi a primeira vez que viajaram, disse que pediu nos elevadores quem já havia andado de elevador, e um dos alunos relatou que seria a sua primeira vez, então isso com certeza é gratificante, marcara suas vidas e vai passar de geração em geração, contar para os netos lembrando deste fato histórico. Além da produtividade das ações relatadas, também lembrou que na visita do Presidente da Assembleia será lançado o concurso de Deputado por um dia, para os jovens, que sabe teremos um Chapadense Deputado por um dia, que fiquemos atento e possamos inscrever os nosso jovens que com certeza tem um grande potencial. Dentre todas as agendas, até se for possível encaminhar um ofício agradecendo a receptividade do Deputado Edvilson Brum, onde foi fazer uma visita cortesia, pois ele esteve aqui nesta casa legislativa fazendo uma visita na sala do Vereador Dariano, onde conversaram, e conversou com a assessora dele, a qual apresentou e abriu as portas na visita a presidência da Assembleia, o Presidente não estava no momento, o Governador chegou depois do meio dia, ele estava em São Paulo, então realmente fomos muito bem recebidos destacando o Vice-Governador Gabriel Souza, disse que sabe que todas as quartas ele atende, e quando o Presidente comentou que seria na quarta feira logo pensou em marcar com o Vice Governador, e então quando mandaram a lista se apavoraram com a quantidade de pessoas mas tivemos a felicidade dele ter poucas



agendas e a audiência foi mais receptiva e legal, inclusive o Vereador Dariano brincou que os jovens estavam sendo celebridades lá, estão no feed do Vice Governador Gabriel Souza, em um vídeo muito legal, ele é muito simples, humilde e acessível, quem sabe um futuro Governador, e isso foi surpreendente. O Vereador Dariano disse que ele é do seu partido mas que antes não havia tido cantes uma impressão tão boa como teve nesta visita. Então disse que são oportunidades que devem ser aproveitadas, mas o quanto isso conecta ideia e pessoas, acontecendo coisas boas e mudando vidas de muitas pessoas. Prosseguiu destacando o Projeto 042, agradecendo o Dr Paulo Ihme que abdicou seu tempo sem honorários para ajudar o município, infelizmente não foi citado no ofício que o Prefeito fez e está fazendo a sua parte, mas ajudamos inclusive nos bastidores, ao invés criticar e apontar o dedo, porque poderíamos abrir os detalhes de informas que inclusive de 2008 a 2013 Chapada foi apontada 119 vezes no CADIM, poderia abri uma polemica da 119 vezes que o município foi apontado para o Cadim, mas o que isso irá ajudar o município? Disse que o projeto foi aprovado com o seu voto, e segue em frente resolvendo e ajudando o município a resolver problemas. Finalizou e despediu-se o Vereador Dariano. Após, os pronunciamentos o Presidente concedeu **ESPAÇO DE LÍDER DE BANCADA** ao Vereador Gilmar Castanho do Progressistas, Kelvin Schuh do PTB e o Presidente desta Casa Vereador Leonardo André Krindges também fez uso da palavra. **ESPAÇO DE LÍDER DO PROGRESSISTAS VEREADOR GILMAR CASTANHO** que falou o seguinte: O qual reportou-se sobre o que o Vereador Dariano falou dos apontamentos, apontamento todas as administrações tem mas tem deve ser cuidado o tempo de apontamento e a Prefeitura agora ficou um grande período apontada correndo o risco de não receber recursos, podem ser apontado num dia e no outra já se corrigir está liberado agora o que não pode é ter de indenizar o Estado do Rio Grande do Sul e é isso que está em jogo, o fato de receber um recurso livre recurso este a Fundo Perdido, aí depois de ter recebido este recurso pela falta de transparência ter que devolver este recurso e o porquê o Vereador Gilmar diz que é uma falta de transparência, porque era uma exigência do Estado as fotos, porque somente a nota e o nome dos produtores pro Estado não dá garantia que este calcário foi distribuído, poderiam ter comprado o calcário e ter depositado em algum lugar, o Estado queria a prova e qual seroa essa prova, a foto que os caminhões estavam na lavoura fazendo a distribuição e isso que faltou. Era somente uma pessoa ir lá e pelo que o Vereador Gilmar sabe, a Luciane que foi aqui citada várias vezes a qual é qual excelente profissional, pediu as fotos, aí alguém falou que não precisava que não acreditou na exigência do Estado e nós devemos ter a convicção e a certeza, que estão lidando com serviço público que é uma coisa séria, que nunca se deve duvidar de uma exigência de um programa, porque se aquela exigência existe é porque o Estado vai exigir essa exigência e isso não foi respeitado foi feita vista grossa para essa exigência por isso que hoje estão correndo o risco e ter que devolver, não era para ser cobrado dos produtores nenhum valor e foi cobrado e escutou aqui, que os produtores aceitaram e realmente disse que eles aceitaram mas ninguém chegou e disse pra eles isso aqui



não está no programa, e estão arriscando fazer isso aqui . O Vereador Castanho disse que dúvida se naquela época o Gestor municipal tivesse dito que isso aqui não está não é critério, mas estamos fazendo o Vereador Castanho disse que duvida que um produtor de Chapada, pois disse que conhece praticamente a totalidade dos munícipes chapadenses pois trabalha na área da saúde a muitos anos e sabe que ele cuidam e a prefeitura municipal como um capital deles, por isso dúvida e duvida mesmo que um produtor em sua consciência quando o Gestor na época chegasse e dissesse para eles que iriam cobrar dos produtores mas o Estado não está exigindo, nenhum produtor aceitaria um tipo de coisas destas, disse que esta desculpa não cabe para ser colocada sobre este projeto, porque os agricultores só aprovaram porque estavam inocentes eles não sabiam que não poderiam ser cobrados, foi dito que poderia ser cobrado por isso eles aceitaram e foram massa de manobra da atual gestão passada onde usaram os produtores para uma atitude impensada, porque não foi calculado o risco que o município passou em ter de devolver estes sessenta e cinco mil reais, que eram cinquenta e dois e hoje se tornou sessentas e cinco, por isso que o Vereador Castanho dúvida, que o munícipe chapadense iria concordar se tivessem explicado para eles, especificamente item por item da exigência do Estado nosso munícipe não aceitaria com certeza. **ESPAÇO DE LÍDER DO PTB VEREADOR KELVIN SCHUH** que disse: O Vereador Kelvin destacou primeiramente a fala do Vereador Dariano, muito importante a participação dos jovens junto também a política do nosso Estado, disse que espera também que se tenha representante se não daqui, mas da região, porque é muito importante aproximar a política das pessoas. Referente a fala do Vereador Gilmar, o Vereador Kelvin voltou a repetir, que era essa a preocupação que se tinha em cima do que seria repassado aos produtores, ou a população de Chapada. No entanto disse que se a pessoa é beneficiada com valor x de algum programa, e entra no Conselho, e entra a proposta de entrar com uma contra partida, o Vereador questionou? a pessoa vai ignorar esse recurso que pode ser investido na propriedade. O Vereador Kelvin disse que acha que não, então os produtores estariam contra, agora outra questão do que foi falado pelo Marlon, tem agora a questão dos produtores assinar então daqui a pouco o Vereador Gilmar não ouviu, de assinar para ter a comprovação, e não precisar devolver o recurso, pode acontecer de devolver o recurso, o Vereador Kelvin disse que pode, pois acontece e errar faz parte, porém disse que devem prestar atenção do que é falado, porque dentro do que o Marlon explicou, dentro do que foi analisado pelo Governo do Estado, pode sim haver a possibilidade de não precisar devolver o recurso na sua totalidade e voltou a repetir é essa a preocupação que se tinha quando se pediu para segurar o projeto numa conversa nos bastidores, para que os Vereadores pudessem buscar informações e buscar as possibilidades com os Assessores Jurídicos Marlon e do Dr. Paulo Ihme citados pelo Vereador Dariano, para que o município não fosse prejudicado nessa devolução de recursos disse que devem prestar atenção do que é falado e no que pode acontecer daqui para frente. **ESPAÇO DO PRESIDENTE VEREADOR LEONARDO ANDRÉ KRINDGES** que disse: Disse que só para



complementar, que já estamos com o assunto do projeto 042/2023 muito polêmico, mas cabe uma observação, que foi votado somente para a abertura de crédito para uma possível devolução, naquele momento quando o Prefeito pediu, o Vereador Leonardo como Presidente desta casa pediu para votar, não estavam falando que seria devolver o dinheiro, só estavam deixando a ferramenta à disposição da administração, até como o Vereador Dariano colocou o Dr Paulo Ihme estava acompanhando também de uma eventual necessidade de devolução, que até hoje não aconteceu mas era uma segurança necessária para o Prefeito, de que uma hora para outra ele poderia fazer essa devolução. A Administração corria o risco de uma hora para a outra estaria perdendo recurso, e então a Administração faria esse pagamento, mas ele ainda não foi feito. Deixou a observação de que, não sabe se o colega Kelvin daqui a pouco se expressou mal, ou não fez uma comparação, mas o Vereador Kelvin disse sobre os vídeos apagados, que o Vereador acredita que não foi, porque a nossa página do facebook onde todos os vídeos constam de todas as sessões, o colega disse se os vídeos não forem apagados, então pelo que sabe até as funcionárias da casa, servidoras, se algum vídeo da Sessão não está que seja comunicado, mas acredita que não. Não havendo mais nenhum Vereador inscrito, o Presidente declarou encerrado o Grande Expediente, e declarou aberta a Terceira Fase da Sessão que é a **ORDEM DO DIA**, solicitando para que fosse feita a verificação do quórum, sendo constatado o mesmo, e registrou a ausência justificada do Vereador Maico Roberto Hermes que apresentou atestado médico. De imediato, o Presidente Vereador Leonardo Krindges solicitou para a Segunda-Secretária Vereadora Sandra Mary Almeida Mattjie para que procedesse a leitura dos pareceres das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI Nº 048/2023** que “Autoriza o Município a conceder incentivo industrial para a empresa Andressa Proença da Silva ME e dá outras providências”. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo: RELATORA: Vereadora Sandra Mary Almeida Mattjie, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 048/2023 votando de acordo com o Parecer Jurídico; REVISOR: Vereador Kelvin Schuh, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural: RELATOR: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, votou de acordo com o parecer jurídico do Projeto de Lei nº 048/2023; REVISOR: Vereador Dariano Agostino Guth que votou de acordo com o voto do Relator; PRESIDENTE: Vereador Alcino Rui Kohlrausch votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei nº 048/2023, tendo inscrito o Vereador Alcino Rui Kohlrausch ao que disse que Projeto de Lei em discussão “Autoriza o Município a conceder incentivo industrial para a empresa Andressa Proença da Silva ME e dá outras providências. Disse que precisam ajudar as empresas que estão na fase embrionária e a administração municipal está oferecendo um aporte financeiro para uma empresa que está se manifestando e crescendo. Que bom faz isso olhando as empresas, pois precisamos ajudar. Disse que é totalmente favorável a esse projeto. De



imediatamente o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 048/2023, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos dos Vereadores presentes, registrando a ausência justificada do Vereador Maico Roberto Hermes. Logo após, o Presidente colocou em votação o **REQUERIMENTO Nº 019/2023** de autoria dos Vereadores Leonardo Krindges – PSDB, Marlei Ritterbusch, Salete Damer, Sandra Mattjie, Gilmar Castanho e Alcino Kohlrausch do Progressistas, que tem por objetivo homenagear aos cidadãos chapadenses que receberão seus títulos de propriedade dos imóveis adquiridos do Município de Chapada através do programa REURB CASA NOVA, a ser prestada em Sessão Solene nesta Câmara de Vereadores de Chapada no dia 26/07/2023 no turno da noite às 19 horas, onde serão entregues as Matrículas de propriedade dos imóveis aos beneficiários do programa, tendo sido APROVADO por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação o **PEDIDO DE LICENÇA Nº 002/2023** subscrito pela Vereadora Sandra Mary Almeida Mattjie do Progressistas que vem mui respeitosamente perante a Mesa Diretora e demais Vereadores, requerer **LICENÇA** para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar do dia 24/07/2023 à 07/08/2023, com base no § 4º do artigo 22 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada, tendo sido APROVADO por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Não havendo mais matérias a serem apreciadas o Presidente declarou encerrada esta fase e passou para a Quarta Fase, a das **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**, pelo tempo máximo de cinco minutos, vedado o aparte de acordo com o § 2º do Art. 58 do Regimento Interno, não havendo nenhum Vereador inscrito. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Sessão Plenária Ordinária, agradecendo a proteção de Deus. A Secretária determinou que fosse lavrada a Ata, que depois de distribuída deverá ser votada e aprovada na Sessão Ordinária subsequente a esta, e será assinada pela Primeira-Secretária e pelo Senhor Presidente.

Chapada/RS, Plenário Annildo Becker, em 11 de julho de 2023.

Leonardo André Krindges
Presidente do Poder Legislativo

Salete Maria Damer
Primeira-Secretária do Poder Legislativo



Câmara Municipal de Vereadores de
CHAPADA-RS

